

DIREITO ADMINISTRATIVO

PONTO I

- a) Função administrativa: definição e distinção de outras funções estatais.
- b) Atos administrativos: conceito, elementos, existência, validade e eficácia. Atributos dos atos Administrativos.
- c) Desapropriação. Fontes normativas, competências, destinação dos bens apropriados. Fase declaratória. Ação de desapropriação. Transferência da propriedade.

PONTO II

- a) Administração Pública. Aspectos formais, materiais e subjetivos. Princípios informativos: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, continuidade, indisponibilidade, autotutela, supremacia do interesse público, igualdade, presunção da legitimidade, auto-executoriedade, especialidade, eficiência, hierarquia, isonomia, princípio da razoabilidade.
- b) Atos administrativos quanto aos tipos de provimentos, considerações gerais. Atos administrativos em espécie. Classificação dos atos Administrativos. Atos vinculados e discricionários, simples e complexos. Motivação – teoria dos motivos determinantes. Mérito Administrativo.
- c) Ação de Desapropriação. Sentença – natureza jurídica. Indenização – juros moratórios e compensatórios, atualização monetária, honorários, direitos de terceiros.

PONTO III

- a) Função administrativa: Regime jurídico administrativo. Poderes Administrativos. Poder regulamentar, poder de polícia, poder hierárquico e poder disciplinar. O uso e o abuso do poder. Excesso de poder, desvio de finalidade, omissão da Administração.
- b) Regime jurídico do ato administrativo.
- c) Direito de extensão, retrocessão, direito de preferêcia, desapropriação rural, desapropriação por zona. Desapropriação confiscatória. Desistência. Extensão do controle jurisdicional na ação de desapropriação. Desapropriação indireta.

PONTO IV

- a) Estado, Administração e Governo. Centralização e descentralização. Desconcentração. Órgãos e agentes públicos, Administração direta e indireta. Princípios – da reserva legal, da especialidade e do controle.
- b) Requisitos extrínsecos dos atos administrativos e seus elementos.
- c) Classificação dos bens públicos. Bens públicos. Domínio público e domínio eminente.

PONTO V

- a) Concessão de Serviços Públicos. Fontes normativa constitucional e infraconstitucional. Modalidade de concessão. Natureza jurídica. Política tarifária, fiscalização e encargos do concedente. Responsabilidade e encargos do concessionário. Prazo da concessão, extinção e reversão.
- b) Elementos do ato administrativo. Atos declaratórios, constitutivos e constitutivos formais.
- c) Regime jurídico dos bens públicos.

PONTO VI

- a) Permissão de Serviços Públicos. Conceito, natureza, referências constitucionais. Aplicação de regras das concessões. Extinção. Serviços públicos autorizados.
- b) Atos administrativos *Interna Corporis* . Atos políticos.

c) Aquisição dos bens públicos.

PONTO VII

a) Empresas Estatais. Regime jurídico da empresa prestadora de serviços públicos e da empresa que explora atividades econômicas pelo Estado.

b) Vinculação e discricionariedade dos atos administrativos.

c) Alienação de bens públicos. Afetação, desafetação.

PONTO VIII

a) Autarquias e fundações.

b) Extinção dos atos administrativos.

c) Gestão dos bens públicos.

PONTO IX

a) Atuação do Estado no Domínio Econômico. Estado Regulador, Estado Executor e Estado Monopolista. Agência reguladora. Fonte normativa. Natureza jurídica. Função.

b) Invalidação dos atos administrativos.

c) Agentes públicos. Agentes políticos. Servidores públicos. Princípios constitucionais aplicáveis aos servidores públicos: concurso público, estabilidade, disponibilidade, proibição de acumular, teto remuneratório, irredutibilidade e isonomia de vencimentos. Acumulação de cargos públicos. Regime jurídico.

PONTO X

a) Garantia dos administrados: mandado de segurança individual e coletivo.

b) Revogação do ato administrativo: conceito. Fundamento da competência revogatória.

c) Organização funcional. Cargo, emprego e função pública. Classificação dos cargos públicos. Criação, transformação e extinção de cargos. Provimento. Investidura, reingresso. Direito adquirido dos servidores. Responsabilidade do Servidor Público.

PONTO XI

a) Garantias dos administrados. Ação popular.

b) Revogação do ato administrativo: Regime jurídico. Limites à revogação.

c) Agentes públicos: direito de greve e sindicalização. Aplicabilidade dos direitos sociais. O estágio probatório e o devido processo legal. Regime jurídico dos cargos em comissão.

PONTO XII

a) Garantias do administrado: Ação civil pública.

b) Revogação do ato administrativo: Estrutura do provimento revogatório. Atos afins à revogação.

c) Agentes Públicos. Exoneração. Demissão.

PONTO XIII

a) Garantias do administrado: *Habeas Corpus*, *Habeas Data*, Mandado de Injunção.

b) Responsabilidade extracontratual do Estado. Postulados do Estado de Direito. Histórico da responsabilidade estatal. Responsabilidade por atos omissivos.

c) Agentes públicos. Promoção e progressão funcional. Aposentadoria.

PONTO XIV

a) Procedimento e processo administrativo. Processos revisivos, sancionatórios e disciplinares. Procedimentos nominados e inominados.

b) Responsabilidade extracontratual do Estado. Responsabilidade civil da Administração por atos lícitos e ilícitos. Responsabilidade por atos legislativos e judiciais.

c) Agentes Públicos. Improbidade Administrativa. Crimes de responsabilidade.

PONTO XV

a) Procedimento e processo administrativo: Princípios. Devido processo legal. "Juiz Natural" ou administrador competente. Amplo contraditório.

b) Responsabilidade extracontratual do Estado: responsabilidade objetiva do Estado e subjetiva do funcionário. Da ação regressiva.

c) Limitações à liberdade e à propriedade. Função social da propriedade. Proteção constitucional da propriedade.

PONTO XVI

a) Procedimento e processo administrativo: Direito à produção de provas. Verdade material ou princípio inquisitório. Informalismo a favor do administrado. Direito a revisibilidade (duplo grau). Direito à defesa técnica.

b) Responsabilidade extracontratual do Estado. Danos indenizáveis. Danos morais. Responsabilidade por atos praticados por prestadores de serviço público, pessoa jurídica de direito privado. Responsabilidade por dano decorrente do planejamento.

c) Distinções entre as limitações e as restrições à propriedade. Poder de polícia. Restrições administrativas.

PONTO XVII

a) Procedimento e processo administrativo: Sindicância. Direito ao silêncio. Proibição da *reformatio in pejus*. Tipos de processos revisivos. Coisa julgada administrativa.

b) Responsabilidade extracontratual do Estado: Atos praticados pelo Legislativo e Judiciário.

c) Limitações e restrições à propriedade. A preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e estético. Tombamento.

PONTO XVIII

a) Procedimento e processo administrativo: fases propulsiva, instrutória e decisória. As decisões colegiadas. Fase integrativa ou de ingração. Prescrição administrativa.

b) Responsabilidade extracontratual do Estado. Excludentes da responsabilidade. Medida Provisória: seus pressupostos e limites. Medida Provisória não convertida em lei.

c) Limitações e restrições à propriedade: servidões administrativas. Requisições. Ocupação temporária de imóvel.

PONTO XIX

a) Contratos administrativos: Regime jurídico. Requisitos e formalidades. Causa do contrato. Formalidades do contrato. Garantia. Direitos do contratante e do contratado. Espécie de Contratos Administrativos. Contratos de obra, de serviços, de fornecimento e de concessão.

b) O controle da administração pública. Controle externo pelo legislativo com auxílio dos Tribunais de Contas. O controle externo pelo Judiciário. O controle Parlamentar.

c) Licitações. Disciplina normativa. Conceitos e princípios. Normas Gerais. Modalidades. Procedimento. Dispensa, dispensabilidade e inexigibilidade.

PONTO XX

a) Contratos Administrativos. Duração do contrato – prorrogação, renovação e inexecução. Controle. Extinção do contrato. Desbalanceamento da equação econômico-financeira do contrato. Forma. Fiscalização pelos Tribunais de Contas. Extinção do contrato administrativo.

b) Licitação: na administração indireta. Representação, reconsideração, recursos. Invalidação. Revogação. Sanções Administrativas.

c) Orçamento Público. Elaboração. Aprovação. Execução. Lei de Responsabilidade Fiscal.